

País pára de pagar e espera acordo com FMI

Os bancos credores já foram formalmente comunicados pelo governo brasileiro que nada receberão, nesta segunda-feira, dos US\$ 1,65 bilhão previstos, nem US\$ 650 milhões que vencem ainda neste mês. Os pagamentos estão amarrados à obtenção de um acordo com o Fundo Monetário Internacional, o que desbloquearia US\$ 2,3 bilhões em recursos oficiais e privados prometidos ao Brasil.

O Wall Street Journal chegou a noticiar que os negociadores brasileiros estariam próximos de chegar a um acordo com o FMI, segundo relata de Nova York Paulo Sotero, especial para o JT, mas fontes próximas aos entendimentos desestimularam ontem essa versão. Segundo o Journal, o Brasil "poderá obter logo um acordo de seis meses" com um empréstimo de US\$ 600 a US\$ 900 milhões. Um "alto funcionário brasileiro", citado na matéria, afirmou que, embora ainda não exista sobre a mesa de negociação uma "oferta formal" de um arranjo por apenas seis meses — algo que o Fundo não faz há 37 anos —, os entendimentos avançaram bastante nos últimos dias, abrindo as portas para que se chegue a um acordo no final da semana que vem, quando o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, estará em Washington para participar da reunião anual do FMI e do Banco Mundial.

O Brasil, segundo Mailson, vai retomar o pagamento dos juros da dívida externa caso as reservas cambiais atinjam níveis considerados satisfatórios. O ministro disse não haver certeza de que o País conclua o acordo com o FMI. Disse que é difícil, mas acredita que há margem para um acordo provisório que vá até o final do atual governo. Na definição do ministro, o governo espera "a obtenção de um acordo capaz de funcionar como elemento adicional de expectativas até março".

Como é de praxe, um porta-voz do Fundo evitou ontem comentar a notícia do jornal. Sabese, no entanto, que a orientação, dentro da instituição, é a de "continuar a conversar" com o governo brasileiro e desestimular tanto a versão negativa, que descarta a possibilidade do acordo, quanto a versão oposita, que conta em dias o tempo que falta para se chegar a ele. As razões dessa atitude são políticas. A versão negativa certamente resultaria em mais desgaste para o ministro Mailson da Nóbrega, que já opera praticamente sem instrumentos de política econômica, e aumentaria as chances de uma perda de controle da economia às vésperas das eleições presidenciais. A versão otimista, da iminência de um acordo, é improvável. Insistir nela, pondera-se no Fundo, pode ser contraproducente porque cria uma expectativa que, uma vez frustrada, poderá resultar em desgaste adicional para a equipe econômica brasileira.

Uma fonte brasileira familiarizada com as discussões disse ontem que os obstáculos relativos às metas econômicas que o acordo preveria para este ano já foram superados. Mas indicou que os técnicos do Fundo têm insistido em metas "pouco realistas" para 1990, nas conversações com o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Michal Gartenkraut, que chefiava a delegação de negociadores brasileiros. De acordo com a fonte, o Fundo já teria concordado com um déficit fiscal primário (no qual não se computam os pagamentos de juros da dívida interna) "muito próximo a zero", em 1988, e com um déficit operacional de 5,7% — 1,7% superior ao déficit do ano passado. Em compensação, exige que o Brasil zere o déficit operacional em 1990. "O governo Sarney não tem como se comprometer com o cumprimento dessa meta", disse o funcionário. Há, também, importantes diferenças ainda não superadas quanto à política monetária.

As exigências que o Fundo tem feito relativas a 1990, demandariam a tomada imediata de uma série de medidas fiscais duras, que o governo Sarney não tem apoio político para bancar antes das eleições.